

A imprensa italiana e o PCP durante a Revolução portuguesa (1974-75)

Marco Gomes

(Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Politécnico de Leiria)
Morada postal institucional: Campus 1 Rua Dr. João Soares Apt 4045, 2411-901 Leiria
(marco.gomes@ipleiria.pt)

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2362-3054>

Marco Gomes é doutorado em Ciências da Comunicação e Professor Adjunto do Politécnico de Leiria. É investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20) da Universidade de Coimbra e do Centro de Estudos em Educação e Inovação (CI&DEI). Em 2011 foi coautor do documentário *Global mafia*, projeto financiado pela Universidade de Estudos de Milão com o objetivo de reproduzir diferentes interpretações sobre o sistema mafioso em Itália. No mesmo ano realizou a exposição *O 25 de Abril na imprensa italiana*, uma mostra constituída por 21 painéis representativos das primeiras páginas da imprensa diária italiana. Integra a direção do Arquivo dos Diários, projeto dedicado à recolha e preservação de testemunhos autobiográficos.

Submissão: 24/7/2023

Aceitação: 20/11/2023

A imprensa italiana e o PCP durante a Revolução portuguesa (1974-75)

Resumo (PT): O processo revolucionário português, no biénio de 1974-75, colocou o país no centro dos debates políticos internacionais. O ingresso do Partido Comunista Português no governo gerou desconfiança nos parceiros da NATO e a sua estratégia política causou desconforto entre os comunistas europeus, sobretudo entre os comunistas italianos, apostados num projeto reformista em sintonia com as regras do pluralismo democrático. Pretende-se analisar a forma como a imprensa italiana interpretou o papel do PCP durante a Revolução de Abril. Defende-se a tese de que a imprensa italiana olhou para o PCP como um obstáculo ao processo de transição para uma democracia parlamentar e pluralista, utilizando o PCI enquanto referencial discursivo. A pesquisa privilegia uma análise qualitativa das peças jornalísticas publicadas pelos jornais *Corriere della Sera* e *La Stampa*.

Palavras-chave: Revolução de Abril, imprensa italiana, Partido Comunista Português, enviados especiais

The Italian press and the PCP during the Portuguese Revolution (1974-75)

Abstract (EN): The Portuguese revolutionary process that took place over the period of two-years, from 1974 to 1975, positioned the country at the center of international political debates. The entry of the Portuguese Communist Party into the government brought suspicion among the partners of the OTAN and its political strategy caused discomfort among European communists, especially among Italian communists, determined to take up a reformist project in accordance with the democratic pluralism rules. The main purpose of this article is to analyse how the Italian press interpreted the role of the PCP during the April Revolution. We consider that the Italian press regarded the PCP as an obstacle to the process of transition towards a parliamentary and pluralist democracy, using the PCI as a discursive referential. The priority is given to a qualitative analysis of journalistic texts published by newspapers *Corriere della Sera* and *La Stampa*.

Keywords: April Revolution, Italian press, Portuguese Communist Party, special envoy

Introdução

A última década tem dado a conhecer um apreciável número de trabalhos centrados nas repercussões mediáticas do período de transição para a democracia em Portugal. A queda do Estado Novo, o período revolucionário subsequente e o destino dos territórios ultramarinos colocaram o país no centro dos debates dos círculos políticos, jornalísticos e intelectuais internacionais, sobretudo no espaço europeu.

Antes da viragem do milénio, Kenneth Maxwell, Mário Mesquita e José Rebelo deram à estampa duas importantes obras sobre a cobertura jornalística internacional da Revolução de Abril: *The press And the rebirth of Iberian democracy* (1983) e *O 25 de Abril nos media internacionais* (1994). A obra coordenada por Maxwell (1983) oferece um conjunto de reflexões sobre a receção desse período de mudança do sistema político, em Portugal e Espanha, na imprensa ocidental, enquanto o livro de Mesquita e Rebelo (1994) analisa o impacto dos acontecimentos portugueses na imprensa francófona (França, Bélgica e Suíça). As investigações sobre esta temática têm versado os estudos de imprensa e as revisitações históricas através dos *media*, elegendo como objeto de estudo órgãos de informação de carácter generalista ou partidário em países como o Brasil (Kieling, 2018), França (Guerreiro, 2017), Espanha (Luís, 2015; Sánchez Collantes, 2014), Alemanha (Weißmann, 2014), Polónia (Chabrowski, 2016) ou Itália (Catastini, 2016; Gomes, 2015; Strippoli, 2014).

O objetivo deste artigo consiste em analisar a forma como a imprensa de *referência* italiana interpretou o papel do Partido Comunista Português (PCP) durante o Processo Revolucionário Em Curso (PREC), expressão que designa, na generalidade, o período de forte movimentação e instabilidade social e política verificada em Portugal no biénio de 1974-75, com particular incidência sobre o período entre a manifestação da *maioria silenciosa* de apoio ao Presidente da República, general António de Spínola, em 28 de setembro de 1974, e os acontecimentos de 25 de novembro de 1975¹, que ditaram a derrota das fações militares conotadas com o PCP e a esquerda radical.

Além de se procurar compreender a moldura interpretativa disseminada pela imprensa italiana entre o período que medeia o VII Congresso (Extraordinário) do PCP, realizado em 20 de outubro de 1974, e o episódio-símbolo que determina o epílogo do processo revolucionário português, é igualmente objetivo da pesquisa elaborar uma

¹ Em 25 de novembro de 1975 assiste-se à tentativa de golpe das forças ideologicamente conotadas com a esquerda radical – ou os *militares de esquerda* – e à consequente reação dos militares *moderados* do Movimento das Forças Armadas.

contextualização histórica sobre o clima e os acontecimentos políticos internacionais que orientam o período analisado, sem descurar uma breve síntese do pulsar político associado ao período de transição para a democracia em Portugal. A pergunta de investigação pode-se enunciar da seguinte forma: qual o enquadramento disseminado pela imprensa de referência italiana sobre o papel do PCP durante o período de transição para a democracia em Portugal?

A pertinência da análise decorre do facto de que Portugal se tornou um ponto de conflito da ordem bipolar da Guerra Fria, local de peregrinação para a esquerda radical e motivo de interesse no contexto das discussões sobre o estatuto dos partidos políticos em processos de transição para a democracia. Os acontecimentos políticos do biénio de 1974-75 tiveram forte repercussão na imprensa internacional, como se mencionou, e alimentaram o debate sobre a presença de partidos comunistas em governos de países da NATO² e outras tantas polémicas sobre a intervenção popular direta, a unidade das forças políticas de esquerda e o *eurocomunismo*.

Porquê estudar o caso italiano? O impacto dos acontecimentos portugueses em Itália explica-se pelo sincronismo entre, por um lado, o radicalismo, a conflitualidade e o debate sobre o *compromisso histórico*³ em evolução na sociedade italiana e, por outro, a diversidade de problemáticas que a Revolução de Abril originou, os seus paradoxos e a relevância das questões espoletadas. A dialética discursiva associada ao cenário geopolítico internacional, dimanada dos acontecimentos políticos portugueses, repercutiu-se, também, no quadro político italiano (cf. Gomes, 2015).

Em Itália, a queda do Estado Novo possibilitou descortinar novos dados sobre a atividade dos grupos de extrema-direita italianos, sobre a *estratégia da tensão*⁴ e, em sentido lato, sobre o terrorismo negro e o seu conúbio com os serviços secretos italianos. Já o pulsar da revolução trouxe (ou avivou) para o debate público italiano questões como a unidade sindical e a laicidade do Estado em matérias como o divórcio, além das sempre pertinentes questões relacionadas com a função das Forças Armadas e da imprensa em contextos democráticos. No domínio do movimento comunista internacional, serviu ainda de pretexto para a instrumentalização de problemáticas tendo em vista determinados

² Organização do Tratado do Atlântico Norte.

³ O projeto de Enrico Berlinguer, tematizado em setembro de 1973, propunha a aliança entre as forças que representavam a grande maioria do povo italiano, do proletariado aos camponeses, dos católicos aos laicos, através da coligação com a Democracia Cristã.

⁴ Ação política em Itália (1969-1982) com o objetivo de impor uma ordem política mais musculada e de conservar os equilíbrios políticos através de ações violentas (atentados) que provocavam o pânico e alarme social.

proveitos no âmbito da política interna italiana, nomeadamente as (des)continuidades entre os partidos comunistas italiano e português. São questões, em suma, que transformaram a Revolução de Abril⁵ numa espécie de *case study* mediático (cf. Gomes, 2015).

Os elementos explicativos que se pretendem reunir devem ser interpretados à luz de uma conjuntura política em que as forças democráticas italianas dificultam, contestam e vigiam a autoinserção do Partido Comunista Italiano (PCI) no campo da lógica pluralista e das regras democráticas. Essas forças políticas italianas aproveitam e instrumentalizam determinados episódios do processo político em Lisboa, do PCP e dos militares que o secundam para retirar proveitos políticos em desfavor do partido de Enrico Berlinguer⁶. A *questão portuguesa* serviu, neste sentido, para partidos como a Democracia Cristã criarem dificuldades ao PCI, pois afirmavam que os partidos comunistas eram iguais em qualquer latitude geográfica, tendo sido aproveitada pelos comunistas da rua *delle Botteghe Oscure* para, contrapondo, legitimar um processo evolutivo-revisionista – via italiana para o socialismo – (cf. Gomes, 2015), que conheceu um decisivo impulso a partir dos acontecimentos de Praga, em 1968 e, sobretudo, da liderança de Enrico Berlinguer (Ajello, 1997). É este o quadro de fundo que fundamenta a investigação e a grelha de leitura sobre o PCP e que se procura explicar a partir das narrativas das instâncias de enunciação italianas.

O trabalho começa por apresentar os procedimentos metodológicos que orientam a análise empírica, investindo num enquadramento teórico-concetual que permita situar a problematização do objeto de estudo no campo das Ciências da Comunicação e da História dos *Media*. Cumpre salientar que esta pesquisa se enquadra numa dimensão que não se confunde com a investigação histórica, tratando-se apenas de uma análise comparativa sobre o modo como diferentes jornais abordaram o tema Revolução portuguesa. Não é objetivo, portanto, revisitar o discurso da imprensa italiana sobre o papel do PCP durante o período de transição para a democracia em Portugal segundo os métodos de um historiador, nem tão-pouco cotejar as versões da história contemporânea com as narrativas das peças jornalísticas.

A segunda parte remete para uma contextualização histórica sobre o clima político internacional que norteia o período em consideração, onde se inclui uma breve síntese da

⁵ Compreende o período que vai desde o golpe militar de 25 de abril de 1974 até à aprovação da Constituição da República, a 2 de abril de 1976.

⁶ Secretário-geral do Partido Comunista Italiano entre 1972 e 1984.

conjuntura subjacente aos acontecimentos políticos em Lisboa. O segmento temático conclusivo procura deslindar o discurso dos jornais italianos estudados sobre o PCP, focando o período que medeia o VII Congresso (Extraordinário) dos comunistas portugueses e o episódio-símbolo que encerra o processo revolucionário em Portugal.

1. Metodologia e objeto de estudo

A pesquisa apresenta um carácter qualitativo e analisa uma amostra de peças jornalísticas sobre os acontecimentos portugueses publicadas nos dois jornais diários mais preeminentes em Itália, no âmbito da imprensa de *referência* em meados da década de 1970, o *Corriere della Sera* e *La Stampa*, os meios que constituem o objeto de estudo. O primeiro nasceu em Milão, a 5 de março de 1876, e ainda hoje ostenta o estatuto de mais importante jornal italiano, juntamente com *La Repubblica*, o diário romano fundado em janeiro de 1976. Clássico baluarte da burguesia lombarda, moderado, elitista nos domínios político e cultural (Licata, 1976), o mítico diário da rua *Solferino* ocupava, em meados da década de 1970, o topo da hierarquia dos jornais mais vendidos, com cerca de 500 mil exemplares (Murialdi, 2006).

La Stampa é outro diário centenário fundado em 1867, em Torino, com o nome de *Gazzetta Piemontese*, pelo jornalista e escritor Vittorio Bersezio. O jornal começou a ascensão no início do século XX e não mais parou de ganhar protagonismo tanto do ponto de vista nacional como do internacional (Grandinetti, 1996). Em 1974, dirigido por Arrigo Levi, propriedade dos Agnelli e da Fiat, era o segundo mais importante diário italiano, liberal, laico, democrático, adepto do reformismo e do projeto europeu, com cerca de 360 mil exemplares vendidos (Murialdi, 2006).

A noção de imprensa de *referência*, imprensa de *elite* ou de *qualidade* (*qualities*), tornou-se de uso corrente no Reino Unido e visa preferencialmente a classe dirigente (relacionada com o universo político, económico e cultural). Distingue-se pela paginação criteriosa e pela elevada qualidade dos serviços, nomeadamente das reportagens de investigação. A sua principal aposta incide sobre a explicação dos acontecimentos (conferir o máximo de informações que possam guiar a interpretação do leitor) e, dependendo das culturas jornalísticas, na maior ou menor importância concedida ao comentário (Livolsi, 2001; Mesquita, 1994).

O *corpus* de análise é constituído por editoriais (3), entrevistas (1), artigos de opinião assinados pelos enviados especiais em Portugal (3) e reportagens (29) da autoria desses

enviados vinculados a cada um dos órgãos de informação estudados. O critério subjacente à seleção dessa amostra de 36 unidades de redação – *Corriere della Sera* (16) e *La Stampa* (20) – reside na necessidade de individualizar algumas das peças jornalísticas que mais diretamente abordam o papel do PCP no âmbito do processo revolucionário português. Outro critério que justifica a seleção dessa amostra decorre do interesse em identificar textos a partir dos quais seja possível estudar processos de formação de imagens/ideias análogas que assumem a forma de narrativas jornalísticas. Por outras palavras, importa identificar ideias similares sobre o papel do PCP durante a Revolução de Abril, provenientes de diferentes instâncias de enunciação.

É a partir desse conjunto de ideias-força, de *generalizações históricas* (Said, 1978/1995) e de matrizes culturais hegemónicas tributárias do conceito teorizado por Antonio Gramsci⁷ que é possível legitimar uma determinada perspetiva do mundo social, também ancorada numa particular *proximidade* (Said, 1978/1995) mantida entre as instâncias de enunciação e as personagens e os acontecimentos portugueses (de europeus italianos para europeus portugueses, de ocidentais para ocidentais). São discursos que resultam do quadro cultural dos articulistas italianos e dos modelos jornalísticos de referência que esses constroem para, de seguida, os confrontarem com a realidade observada, asseverando ou negando a operacionalidade desses modelos.

Trata-se, portanto, de uma construção social que é o resultado de um património cultural específico (italiano, europeu, ocidental) e de procedimentos contínuos protagonizados por sujeitos habituados a reportar as dinâmicas do mundo social. São enunciados que, na esteira das teorias construcionistas da notícia e de autores como Barbie Zelizer (2004) e Pierre Bourdieu (1998), decorrem de assunções e crenças partilhadas, de interpretações coletivas de acontecimentos públicos. Para lidar com essas estruturas discursivas animadas pelo esforço interpretativo dos jornalistas italianos, recorre-se à noção de discurso que Michel Foucault desenvolve em *L'archéologie du savoir* (1971) e *L'ordre du discours* (1972). Considerou-se proveitoso tratar as imagens dominantes dimanadas dos vários textos, de diferentes autores, na perspetiva de um corpo dotado de substância e consistência próprias, de uma realidade material, sintática e semântica constitutiva de um determinado discurso.

⁷ Cfr. Função dos intelectuais na organização da hegemonia e da coerção, pp. 1518-1519; Hegemonia como combinação de força e consenso nos regimes parlamentares, pp.1636-1638, in A. Gramsci (1977), *Quaderni del Carcere*. Giulio Einaudi editore.

Qualquer discurso é arquitetado de forma intersubjetiva e isso exige que seja entendido como histórico e determinado pelos enquadramentos (*frame*) sociais e culturais, aquilo que Goffman (1986, pp. 7-11) designa por conjunto de princípios de organização que governam os acontecimentos sociais e o nosso envolvimento subjetivo neles. Esta estratégia metodológica é profundamente devedora de noções como *generalizações históricas, proximidade, autoridade intelectual, exterioridade e formação estratégica*, conceitos deslindados por Edward Said em *Orientalism* (1978/1995).

2. A transição para a democracia e o cenário político internacional

A queda do Estado Novo foi o resultado de um processo de abertura da sociedade portuguesa ao exterior que encontrou no espaço europeu um dos pontos de referência. O ângulo de abertura desta janela mudou os hábitos e comportamentos de largos estratos da população, nomeadamente no âmbito da comunidade estudantil, e foi em grande parte impulsionado pelo desenvolvimento do tecido económico e da educação e pelo efeito dos modernos meios de comunicação de massas (Mónica, 1996). O desgaste provocado por longos anos de guerra colonial e a politização que essa introduziu nas Forças Armadas funcionaram como catalisador de um projeto político-social que já havia dado sinal de existência durante os anos 60.

O golpe militar de 25 de abril de 1974 foi, neste sentido, uma consequência direta do conflito ultramarino, determinado exclusivamente por impulsos internos (O'Donnell, Schmitter & Whitehead, 1986, p. 5). Todavia, o período revolucionário e a fase de estabilização democrática que se seguiram sofreram a influência progressiva de fatores exógenos (Del Pero, 2009; Gaddis, 2007, pp. 176-179; Telo, 1999, pp. 231-232). Por isso se explica que, num momento em que as alterações de sistema político num Estado-membro da NATO, situado na Europa, dificilmente não comportavam implicações para o equilíbrio bipolar internacional, a Revolução de Abril tenha constituído um elemento de perturbação face ao ordenamento político europeu resultante de Ialta (Varsori, 2009, p. 7). Trata-se, portanto, de uma crise interna que coincidiu com um período de mudança internacional também problemático – o biénio de 1973-74 ficou marcado por elementos críticos e fertilizou o terreno através do qual se iniciou uma nova fase (de crise) da *détente*⁸ (Del Pero, 2006; Moreira de Sá, 2011).

⁸ Expressão que designa, a partir de meados da década de 1960, a intenção dos EUA e da URSS de não deixar resvalar as incompatibilidades até ao limite, procurando reduzir tensões e adaptar a balança política da ordem bipolar às mutações internacionais.

Acresce às dinâmicas da Guerra Fria outro aspeto que ampliou as réplicas internacionais da transição para a democracia em Portugal: em meados dos anos 70, o espaço mediterrânico pulsou ao ritmo de turbulências que, deteriorando o relacionamento entre membros da NATO, colocaram em causa o objetivo estratégico de controlo do Mediterrâneo pelo Ocidente. Primeiro, a crise do Chipre traduziu-se num confronto militar que opôs a Grécia e a Turquia e conduziu à retirada do país helénico da Aliança Atlântica. Simultaneamente, Washington e Ancara entraram em colisão devido ao embargo militar imposto pelos Estados Unidos à Turquia.

O conflito do Chipre originou, na Grécia, a queda da ditadura dos coronéis e um processo de transição de sistema político não desprovido de imprevisibilidade. A retirada da NATO por parte de Atenas constituiu, deste modo, uma consequência direta da crise cipriota e da mudança de regime. Num curto espaço de tempo, a Administração norte-americana não conseguiu evitar o agravamento das relações com Atenas e Ancara.

Ao mesmo tempo que a frente oriental do Mediterrâneo se fragilizava, emergia na frente ocidental o *eurocomunismo*⁹. A substância deste fenómeno nasceu de uma realidade em que o PCI apostou forte na construção de consensos em redor de um projeto político, o *compromisso histórico*, que lhe permitisse chegar ao governo. Sempre mais distante da ortodoxia de Moscovo, o secretário-geral Enrico Berlinguer encontrou nos homólogos espanhol e francês – primeiro com Santiago Carrillo e depois com George Marchais – pontos de contacto ideológico-programáticos e estabeleceu sinergias tendentes a legitimar um novo tipo de comunismo adaptado à realidade europeia de cada país e aos princípios democráticos (Heurtebize, 2017; Kindersley, 1981).

O *eurocomunismo* foi um produto da *détente* e, simultaneamente, uma ameaça a esta. Enquanto produto permitiu a evolução dos partidos comunistas da Europa ocidental em sistemas democráticos. Enquanto ameaça representou um fator de desestabilização e possível enfraquecimento da própria *détente*, na medida em que lançou a hipótese da participação desses partidos nos governos, principalmente, de Itália e França (Wall, 2006, p. 182). No que diz respeito à relação com o comunismo ortodoxo do Bloco de Leste, inspirou núcleos dissidentes e promoveu críticas consistentes a Moscovo.

À medida que os partidos comunistas em Itália e França se aproximavam da área de governação, o primeiro em resultado do crescente peso eleitoral e da situação de

⁹ Procura integrar a via italiana para o socialismo no quadro euro-ocidental e construir uma sociedade assente nos valores da liberdade, do pluralismo democrático e do internacionalismo que, além do proletariado, abarque a totalidade das forças democráticas.

emergência decorrente da grave crise económico-social, o segundo devido à coligação com os socialistas de François Mitterrand, a imprevisibilidade dominava as esferas políticas na Península Ibérica. Portugal iniciava a sua mudança de sistema político e a Espanha preparava-se para o pós-Franco.

Ora, é neste quadro de relações deterioradas entre membros da NATO e de indefinição e progressivo sobressalto quanto à presença de forças comunistas em governos de países da Europa Ocidental¹⁰ que se colocou em causa o controlo efetivo do Mediterrâneo, região nuclear em termos estratégicos. É à luz desta grelha interpretativa que os acontecimentos portugueses devem ser abordados.

Se o ingresso do PCP nos executivos provisórios foi encarado com notória desconfiança pelos dirigentes ocidentais, temendo-se o respetivo contágio aos países em processo de transição de regime (Espanha, Grécia) ou onde as forças comunistas se aproximavam da esfera de governo (Itália e França), a radicalização do PREC avolumou os temores quanto à tomada do poder pelos comunistas de Álvaro Cunhal. E nem as diferenças ideológicas e programáticas tornadas públicas entre comunistas portugueses e, principalmente, espanhóis e italianos aliviou tensões – a questão da legitimidade revolucionária e da legitimidade eleitoral, o fulcro da luta política em Portugal a partir de abril de 1975, alimentou a fratura tornada pública entre eurocomunistas e Moscovo/PCP, cisão que deve, no entanto, ser enquadrada no contexto da formação e legitimação do movimento eurocomunista.

Em virtude deste cenário, a luta pelo destino final da Revolução de Abril criou, como refere Kenneth Maxwell (1999, p. 201), *ramificações internacionais diversificadas e duradouras*, apesar de ao epílogo estarem associados atores internos. Estas ramificações refletiram, no plano internacional bipolar, o envolvimento dos dois principais agentes da Guerra Fria (Del Pero, 2005; Moreira de Sá, 2011) e, num sentido mais regional, as iniciativas de atores inseridos na mesma *zona de coabitação* – países europeus (Fonseca, 2009; Pridham, 1991; Varsori, 2009; Whitehead, 1991).

Para se compreender a lógica dessas ramificações é importante considerar um tempo antes e um tempo depois dos acontecimentos de 11 de março de 1975, data que marcou o acentuar da radicalização à esquerda do processo português em consequência da ação

¹⁰ Para os responsáveis ocidentais, o ingresso dos comunistas nos governos democráticos era considerado um elemento anacrónico e ameaçador para as fronteiras entre Washington e Moscovo e para os equilíbrios políticos na Europa Ocidental.

militar perpetrada pelos correligionários de António de Spínola. Essa radicalização decorrente do 11 de março definiu os campos de ação política em Portugal e acionou o alarme dos responsáveis ocidentais, determinando o aumento do envolvimento nos assuntos de Lisboa. Por outro lado, acentuou o processo de dissensão na esfera comunista internacional, assistindo-se à progressiva divisão entre eurocomunistas e Moscovo.

Derrotada a linha da *democracia musculada* do general Spínola, defensora de uma solução federalista no plano colonial, definiram-se então os três núcleos políticos que dividiram as águas da sociedade portuguesa. Os projetos congregavam apoios no interior do Movimento das Forças Armadas (MFA) e das diversas estruturas militares. Um primeiro grupo era constituído pelos fautores de um progressivo avanço para a democracia popular em sintonia com o socialismo soviético, comandados pelo PCP e secundados pela ala de Vasco Gonçalves nas Forças Armadas. Um segundo grupo falava de um outro socialismo, parlamentar, pluralista, inspirado nos modelos das democracias ocidentais; em volta deste emergia o Partido Socialista (PS) como referência, apoiado por Melo Antunes, Vasco Lourenço e Vítor Alves, entre outras personalidades militares que ficaram conhecidas como o Grupo dos Nove. E uma terceira linha defensora da revolução socialista que assentava no *poder popular*, em órgãos populares de base, na democracia direta, preconizadora da tomada do poder através da via revolucionária armada e em torno da qual se reuniam vários grupos de esquerda radical, fragmentados do ponto de vista político-ideológico, mas unidos no apoio ao general Otelo Saraiva de Carvalho e ao COPCON¹¹ (Rosas, 2012).

A partir de março de 1975 adquiriram consistência dois modelos opostos no âmbito da estratégia ocidental. A primeira é uma linha de intervenção radical que advogava a marginalização da revolução portuguesa e se materializava na célebre *teoria da vacina*, preconizada por Henry Kissinger; considerando que Portugal se transformava num segmento vulnerável de uma renovada *teoria do dominó* comunista (Butler, 2011, pp. 203-205), essa *teoria da vacina* destinava-se a isolar o país no contexto dos círculos políticos e militares ocidentais por forma a *vacinar* o cada vez mais frágil espaço europeu. A segunda linha surge concentrada na democratização do regime pós-Estado Novo e no apoio às forças políticas (PS, PPD¹², CDS¹³) e militares moderadas, empenhada em combater pela via diplomática os apoios concedidos por Moscovo aos comunistas de

¹¹ Comando Operacional do Continente.

¹² Partido Popular Democrático.

¹³ Partido do Centro Democrático Social.

Álvaro Cunhal e representada pelo embaixador norte-americano em Lisboa, Frank Carlucci, e pelas potências europeias (Moreira de Sá & Gomes, 2008, pp.186-192).

Como demonstram Bernardino Soares e Tiago Moreira de Sá (2008) no estudo sobre *Os Estados Unidos e a Revolução Portuguesa*, a posição kissingeriana foi definitivamente substituída, em agosto de 1975, pela estratégia de Frank Carlucci e da Europa ocidental. Para esta viragem foram cruciais a ação de Carlucci junto da Administração norte-americana e as diligências desenvolvidas por potências europeias – com especial enfoque para a Alemanha ocidental – durante a relevante Conferência de Helsínquia, quer junto dos responsáveis norte-americanos, quer junto do presidente português Francisco da Costa Gomes¹⁴.

3. O PCP e a fase de contenção: *não assustar a classe média*

O VII Congresso (Extraordinário) do PCP decorreu a 20 de outubro de 1974 e mereceu atenta cobertura jornalística do *Corriere della Sera* e de *La Stampa*. O *Corriere* deslocou para Lisboa o enviado especial Paolo Bugialli, o qual entrevistou Álvaro Cunhal (1974a) e escreveu um artigo de opinião sobre o evento (Bugialli, 1974/b). *La Stampa* assinalou a reunião magna dos comunistas com uma extensa reportagem do enviado Francesco Rosso (1974a).

Da moldura interpretativa disseminada pela imprensa italiana sobressaem três aspetos: a) o PCP é apresentado como uma espécie de objeto de antiquário ao qual deviam ser reconhecidos os méritos, mas cujas conceções políticas e comportamento ainda o mantinham distante dos progressos realizados pelos partidos comunistas ocidentais, nomeadamente o PCI (Bugialli, 1974b; Rosso, 1974b)¹⁵, enquadramento que é veiculado para o leitor italiano ao longo da Revolução portuguesa¹⁶; b) o discurso *suave* do PCP

¹⁴ Igualmente importantes parecem ter sido as pressões dissuasoras sobre os dirigentes soviéticos no sentido de cessarem os apoios ao PCP, tanto por parte do secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, como da Europa ocidental (Moreira de Sá & Gomes, 2008, p. 270).

¹⁵ “Os comunistas portugueses, com a sua veemência inicial, recolocaram o dilema de se perceber se às portas da Europa é possível a aventura allendista da via chilena para o socialismo. (...) A clandestinidade, a prisão e o exílio não impediram Cunhal de impor as próprias diretrizes, graças às quais o Partido Comunista pôde escapar à caça da polícia de Salazar primeiro e de Caetano depois” (Rosso, 1974b).

¹⁶ “O homem que desune a unidade das esquerdas em França, que compromete o compromisso histórico em Itália, que arrisca desequilibrar, a partir de agora, o futuro equilíbrio pós-franquista em Espanha, é como um fantasma saído dos arquivos da Internacional comunista, dissolvida em junho de 1943. (...) Expressões como compromisso histórico irritam-no, espoletam nele uma loquaz polémica insuspeita (...) É como se seguisse impassível os clássicos leninistas sobre a tomada de poder. Para ele, o espanhol Santiago Carrillo

significava uma correção de rota, não se podendo dissociar a metamorfose estratégica do comportamento do partido aquando da manifestação da *maioria silenciosa* de 28 de setembro de 1974, nem das suas afinidades com o MFA e das ambições eleitorais (Bugialli, 1974b; Rosso, 1974a); c) a linha política do PCP é interpretada à luz da estratégia preconizada pelos partidos comunistas ocidentais, designadamente o Partido Comunista Francês (PCF) e o PCI (Bugialli, 1974b; Rosso, 1974b), e sempre veiculada com insistência nos momentos mais críticos do PREC¹⁷: “Duende despeitoso surgido do sótão estalinista, Cunhal reacendeu o dissídio entre comunistas franceses e italianos. Parece que quase voltou aos tempos da hostilidade Togliatti-Thopez. Falando de Portugal, Cunhal disse que Berlinguer dá provas de estreiteza mental (...) quando avalia a situação” (Valli, 1975b).

A constatação de que os quadros do PCP haviam sobrevivido a cinco décadas de ditadura, sofrido perseguições, prisões, deportações, torturas, aproximando-se quase da imagética associada aos heróis mitológicos, serve para enaltecer a coragem, a resistência e as virtudes resilientes de um corpo singular no contexto da realidade política portuguesa. Nenhum outro partido surgira no dia 25 de Abril com um aparelho tão bem organizado. Os jornalistas transmitem, porém, a ideia de que o PCP mantinha uma matriz estalinista de obediência extrema a Moscovo, que detinha o controlo absoluto sobre os meios de comunicação e os sindicatos e exercia uma influência relevante sobre o MFA. A voz italiana afirma que o partido possuía, portanto, um poder real muito superior à sua presumível representatividade eleitoral – estimava-se que não ultrapassaria os 15 por cento (Bugialli, 1974b; Rosso, 1974a).

Trata-se, em primeiro lugar, de observações que colocam o PCP num patamar distante do comunismo ocidental: distante porque se regia por valores (estalinismo) e dependências (Moscovo) que, por exemplo, o PCI já havia redimensionado, encontrando-se numa fase de afirmação da sua independência (via nacional para o socialismo). Em segundo lugar, as mesmas observações remetem para uma imagem de poder e controlo (informação,

e o italiano Enrico Berlinguer são reformistas, com toda a antiga e obsoleta carga de desprezo que a expressão comporta” (Valli, 1975b).

¹⁷ “O Partido Comunista Português tem uma história organizada e ideológico-cultural diferente da dos outros partidos comunistas da Europa Ocidental. (...) Na mentalidade saída desta história, a liberdade de expressão não pode encontrar o lugar limpo e indiscutível que gostaríamos que tivesse. Cunhal tem a este propósito opiniões (restritivas) que nenhum líder comunista italiano, espanhol ou francês poderia partilhar” (Viola, 1975b).

sindicatos, influência no MFA) que destoava dos princípios democráticos, segundo os quais o poder dos partidos deve ser exercido em conformidade com a dimensão dos resultados das consultas populares.

O *Corriere della Sera* e *La Stampa* referem que o posicionamento quase moderado do secretário-geral do PCP, durante o VII Congresso, significava um recuo face ao triunfalismo evidenciado pelo partido aquando da manifestação da *maioria silenciosa*. Essa moderação refletiu-se quando Cunhal não aprofundou questões centrais como a filiação à NATO e a presença americana nos Açores, limitando-se a indicar como essenciais as nacionalizações dos serviços públicos e dos bancos ou as expropriações dos latifúndios a partir de certos limites de superfície (Bugialli, 1974b; Rosso, 1974a).

Os jornais recordam que, no âmbito dos acontecimentos de 28 de setembro de 1974, a mobilização de militantes comunistas, bloqueando estradas, fazendo perseguições arbitrárias, assaltando sedes de partidos de direita recentemente criados, havia constituído, simultaneamente, um motivo de regozijo (eliminação da ameaça reacionária) e um erro político. As iniciativas musculadas do PCP tinham assustado e reavivado preocupações.

É à luz desta narrativa que Paolo Bugialli conota os comunistas portugueses com a linha da prudência, a linha moderna do comunismo ocidental, tão insinuante quanto discreto, pronto a agarrar a oportunidade, mas alheio de triunfalismos: “Não assustar a classe média. Não provocar mal-estar que se pode transformar numa dura oposição. Procurar extrair dos opositores os argumentos polémicos de maior relevo” (Bugialli, 1974b)¹⁸.

No mesmo sentido, Francesco Rosso (1974a) lembra que Álvaro Cunhal, ao falar de ditadura do proletariado, utilizara suaves expressões para esbater interpretações que sempre se faziam de tal definição, como, por exemplo, ao afirmar que esta podia adquirir muitas formas – “poderia ser também pluralista, sendo um regime mais democrático que a mais democrática democracia burguesa”. O enviado de *La Stampa* considera que Cunhal havia fugido às acusações de ter concentrado nas mãos dos comunistas todo o poder (informação, sindicatos, influência sobre o MFA). Concluindo: “É a tática já comum aos partidos comunistas europeus, que procuram apresentar-se como preconizadores de uma nova democracia” (Rosso, 1974a). Situando o jornalista diante da realidade reportada, não será trabalhoso verificar que o enunciador procura desmontar algo que, na sua opinião, a personagem da narrativa jornalística tenta dissimular e que Rosso designa por

¹⁸ As traduções são da nossa responsabilidade.

subtilezas dialéticas e é a tática já comum aos partidos comunistas europeus (Rosso, 1974a).

Em substância, Bugialli (1974b) e Rosso (1974a) interpretam a linha discursiva do PCP como uma forma de não causar excessivos temores na classe média, que mesmo sendo anticomunista – notam – não era de extrema-direita e procurava ao centro do alinhamento político um ponto de encontro com as forças democráticas. A ponderação comunista é, também, relacionada com a intenção de não ultrapassar à esquerda a linha do MFA, mantendo a sintonia com o verdadeiro motor da vida política portuguesa.

No contexto das concepções democráticas pluralistas, o PCP é colocado num estágio de desenvolvimento bastante inferior (estalinismo, dependência de Moscovo) quando comparado com os seus homólogos franceses, espanhóis e, sobretudo, italianos. No entanto, em resultado da realidade portuguesa (MFA catalisador da vida política, PCP com ambições eleitorais) e do comportamento do partido e dos seus militantes aquando da manifestação da *maioria silenciosa* de setembro de 1974, o PCP adotara a estratégia moderada que caracterizava a ação dos partidos comunistas ocidentais. As palavras de Paolo Bugialli (1974b) são bastante eloquentes a este respeito: “Um congresso (...) que deu a entender que os comunistas portugueses retiraram os pitons dos sapatos e adotaram os mocassins. Presumivelmente de marca italiana”.

Volvidos cerca de quatro meses do congresso comunista, Piero Ostellino (1975) debruça-se sobre os vínculos que uniam os comunistas portugueses a Moscovo. O correspondente do *Corriere* na capital soviética salienta que o PCUS¹⁹ estava consciente de que Portugal não se podia transformar num país socialista através do seu proletariado rural, privado de uma real consciência de classe e tendencialmente conservador. Por isso, realistamente, apontava para uma estreita coligação com a única força progressista existente no país, os militares, ainda por cima no poder (Ostellino, 1975).

3.1. A mudança estratégica do PCP

Depois da fase de contenção, da fase dos *mocassins italianos*, para utilizar a expressão de Paolo Bugialli, a imprensa italiana define o trajeto dos comunistas de Álvaro Cunhal sempre em função daquilo que deveria fazer e não fazia, sempre em função de uma espécie de *autoridade democrática* que reconhecia nos comunistas italianos um estágio de maturidade avançado ao qual os comunistas portugueses ainda não tinham chegado.

¹⁹ Partido Comunista da União Soviética.

Eis então a tática de Cunhal segundo o *Corriere della Sera* e *La Stampa*. Primeiro, logo a seguir às eleições para a Assembleia Constituinte, em abril de 1975, o PCP recusou ceder ao PS o poder conquistado no aparelho estatal e nas administrações locais, no sindicato único e nos órgãos de informação, procurando, ao mesmo tempo, inflamar o confronto entre socialistas e militares através de uma série de ações que, frequentemente, roçavam a provocação (Valli, 1975a; Viola, 1975a). Objetivo: demonstrar que o voto não revelava a capacidade de mobilização das massas nem o real poder do partido.

As instâncias de enunciação transmitem a ideia de que os comunistas, em conformidade com as suas ambições, desenvolveram uma função desestabilizadora no contexto do quadro político português. Foi Cunhal – observam – o primeiro a criar condições para um confronto entre socialistas e militares, provavelmente pensando evitar um fortalecimento das relações entre os dois grupos (Viola, 1975c). Deste modo salvaguardava, também, a ligação especial do PCP com o MFA (Rizzo, 1975a), continuando um aliado indispensável dos militares na medida em que podia garantir, quando a crise económica se agravasse, uma certa contenção no mundo do trabalho graças à sua organização capilar (Valli, 1975a; Viola, 1975c). Cunhal permaneceu, assim, fiel e cooperante (Viola, 1975/d), favorecendo, nas palavras de Bernardo Valli (1975c), “o autoritarismo dos oficiais com o intuito de marginalizar os partidos maioritários e de abrandar o espontaneísmo dos grupos revolucionários de extrema-esquerda”.

Posteriormente, a partir de julho, o projeto acelerado de transformação social dos comunistas e do grupo de oficiais gonçalvistas, bafejado – escrevem os jornalistas – pelo irrealismo, pela falta de sentido tático e por uma conceção superada do leninismo, começou a ser combatido pela onda anticomunista do centro e norte do país (Rizzo, 1975a; Valli, 1975c). Cunhal percebeu, segundo a voz italiana, que estava a ficar isolado não apenas no âmbito do tecido social, mas também ao nível das Forças Armadas, assistindo *in loco* ao definhamento do seu incondicional apoiante, Vasco Gonçalves (Valli, 1975d; Viola, 1975g). O líder comunista e o seu partido, refere Sandro Viola (1975e), “sabiam bem que ou a revolução avançava rapidamente, até aos seus sucessos extremos, ou a reação jogaria as suas cartas”.

Diante da trágica realidade da violência do *Verão Quente* e da não menos inquietante perda de influência junto da sociedade militar, o PCP pronunciou – notam os jornais – palavras de autocrítica e pareceu possível um refluxo em direção ao gradualismo e ao bom senso. Começou a acreditar que qualquer coisa de lamentável tinha acontecido na tentativa de usar os quartéis como instrumentos de um neoleninismo de tomada do poder

(Tito, 1975; Viola, 1975f). Em tal clima maturou um programa conciliador de união das esquerdas em direção aos socialistas e às duas correntes então dominantes das Forças Armadas, os moderados de Melo Antunes e os populistas de Otelo (Valli, 1975f). Mas, mais do que uma frente social e política interessada em defender a revolução, a disponibilidade do PCP constituía, para Piero de Garzarolli (1975a), “uma tentativa desesperada de ultrapassar o isolamento”.

A recusa do PS e as dificuldades em inserir-se na nova relação de forças no interior da sociedade militar levou, depois, Cunhal, já mergulhado – notam os enviados especiais – no marasmo estratégico, a outro grande salto em direção ao radicalismo, aliando-se aos coletivos mais extremistas e aventureiros, os mesmos que definira como pseudorrevolucionários e irresponsáveis (Rizzo, 1975b; Valli, 1975e; Viola, 1975h). Tudo isto enquanto fora de Portugal crescia o embaraço de quem pensava ser possível uma convivência construtiva entre comunistas e socialistas.

Mas por que razão o PCP respondeu ao perigo de marginalização política com uma decisão drástica e aventureira? É esta a pergunta lançada pela maioria dos articulistas italianos, os quais respondem que a opção pelo confronto decorria da falta de acordo entre as duas correntes antigonçalvistas das Forças Armadas²⁰ e da inexistência de uma perspectiva de aliança entre os comunistas e essas tendências (Rizzo, 1975b; Ronchey, 1975a). Num extenso artigo de opinião em primeira página, uma espécie de segundo editorial intitulado *O que quer Moscovo? – O ‘teste’ de Lisboa*, Aldo Rizzo escreve: “Estamos bem para além dos limites de ‘erros de conduta’ e de ‘perspetivas políticas’ até aqui atribuídas ao chefe do comunismo português. Estamos no delírio político e estratégico que pode mesmo originar uma grande tragédia” (Rizzo, 1975b).

Em suma: depois de ter tentado uma imposição apressada e quase indolor da ditadura do proletariado, segundo – frisam os jornalistas com insistência – os velhos manuais da Terceira Internacional e apoiado num sectarismo nefasto que provocara a rejeição da própria sociedade militar, na esperança de recuperar popularidade (Rizzo, 1975b; Ronchey, 1975a), Cunhal preparava-se para a guerra civil. Para a imprensa italiana, o líder do PCP sofreu, portanto, com o excesso de estalinismo, mas igualmente com a ingenuidade manifestada quando se agregou sem reservas ao MFA e foi atingido pelos contragolpes do aventureirismo militar (Rizzo, 1975b; Ronchey, 1975a).

²⁰ Uma corrente liderada por Melo Antunes (apelidada de *moderada*) e outra por Otelo Saraiva de Carvalho (conotada com a extrema-esquerda).

No *Corriere della Sera*, o editorialista Alberto Ronchey (1975a) refere, no final de agosto, que era tarde para “eliminar erros de um desenho recalçado com o mais duro punho fechado nunca visto no Ocidente”. O enviado especial Bernardo Valli afirma, por sua vez, um mês antes, que o PCP pagara um preço muito alto na resistência contra o fascismo, mais alto que o dos outros partidos, “mas, quando chegou, finalmente, a luz do sol, não soube estabelecer uma relação com o país, passando da conspiração à conjura, não da clandestinidade à democracia” (Valli, 1975c).

Como foi referido anteriormente, percebe-se, por fim, que todo o enquadramento italiano sobre o percurso do PCP se encontra ancorado numa distinção basilar do *modus faciendi* e das conceções teóricas associadas ao comunismo português e ao comunismo italiano, como se a distância que separava um do outro fosse quase proporcional àquela que separa a terra da lua. O que está em causa não é nem mais nem menos do que a problemática da tomada do poder: no caso de Cunhal, conotado com a ditadura do proletariado, através da ideia de um partido revolucionário em estreita cooperação com as forças progressistas militares; no caso de Enrico Berlinguer (de Santiago Carrillo e, oficialmente a partir de 1976, de George Marchais), rejeitando essa mesma ditadura e procurando conquistar a burguesia, através da ideia de um partido reformista preconizador da via nacional para o socialismo, em conformidade com as regras e a convivência do pluralismo democrático.

3.2. O PCP e o 25 de novembro: ilegalização ou inserção no mapa político

A imprensa italiana considera que a viragem do comando político da revolução, num sentido mais moderado, se começou a definir em finais de agosto de 1975²¹ e a clarificar-se no mês seguinte, no dia 5, com a realização de uma reunião da Assembleia do MFA, em Tancos, através da qual se declarou o reforço de competências do Conselho da Revolução. Vasco Gonçalves abandonava o organismo, recusava o cargo de CEMGFA²² e o Grupo dos Nove ganhava protagonismo. O *Corriere della Sera* e *La Stampa* convergiram ao referir que a tardia saída de Gonçalves da ribalta dissolvia a ameaça imediata de guerra civil e permitia desativar, não resolver, uma crise que ninguém conseguia controlar (Garzarolli, 1975b; Valli, 1975g).

²¹ Em 25 de agosto, Vasco Gonçalves é nomeado Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. O almirante Pinheiro de Azevedo é designando para o cargo de primeiro-ministro. Reintegram-se os militares do Grupo dos Nove no Conselho da Revolução.

²² Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Segundo os jornais analisados, os acontecimentos de 25 de novembro de 1975 confirmam a linha de *normalização democrática* encetada no final do *Verão Quente*, correspondendo ao momento de depuração das turbulências provocadas pelas células militares de extrema-esquerda que ainda vinham perturbando o curso da *viragem democrática* (Cavallari, 1975b; Ronchey, 1975b). É este o enquadramento disseminado por *Corriere della Sera* e *La Stampa*, mesmo se os jornais sustentam que as medidas contra os meios de comunicação filocomunistas, em resultado dos acontecimentos de 25 de novembro, colocavam em causa a liberdade de imprensa e poderiam maturar o terreno para uma viragem de direita, considerada pouco provável.

Se aos dois últimos momentos decisivos da Revolução dos Cravos (5 de setembro e 25 de novembro de 1975) estão associados alguns militares-símbolo ou grupos das Forças Armadas responsáveis pela ascendência e consagração do renovado curso político, é, todavia, no contexto das forças civis mais inconformadas com a hegemonia desses centros de poder que os articulistas italianos sinalizam o elemento-chave tendente a facilitar ou a dificultar a estabilização do quadro político. Esse elemento é o PCP.

O VI Governo Provisório tomou posse a 19 de setembro de 1975, contando com os elementos designados pelo PS, PPD e PCP. A maior parte das pastas económicas foram entregues ao PS e ao PPD. Os órgãos de informação estudados consideram que o PCP cedeu nas negociações para o Executivo, o que representava uma tomada de consciência da realidade eleitoral (e política) do país e a necessidade de elaborar uma estratégia a longo prazo (Valli, 1975i; Viola, 1975l). Observa, no *Corriere*, Bernardo Valli (1975i): “Os exponentes socialistas reentram hoje no governo como representantes do partido da maioria relativa (...), com um MFA estilhaçado e um PC redimensionado, cuja única preocupação é não estar demasiado envolvido nem demasiado marginalizado”.

Deste quadro político importa realçar alguns aspetos que norteiam o enquadramento dos articulistas italianos. O PS saiu vencedor do braço-de-ferro com o PCP e o *Documento dos Nove*²³ foi considerado o ponto nevrálgico a partir do qual se começou a delinear a derrota dos oficiais filocomunistas e a formação do novo governo. Essa viragem contou com o decisivo auxílio do PS: com a manifestação de 19 de julho de 1975, foram os socialistas que cimentaram, definitivamente, a divisão do MFA, originando a queda de Gonçalves (Valli, 1975h; Viola, 1975j). Sem o esforço do PS, Melo Antunes, salienta

²³ Em 7 de agosto de 1975, o Grupo dos Nove manifesta a rejeição tanto de soluções totalitárias como sociais-democratas na construção da sociedade socialista, em resposta ao modelo de sociedade preconizado no Documento Guia de Aliança Povo – MFA.

Sandro Viola, nunca teria saído abertamente para o confronto político, a unidade dos militares não se tinha irreparavelmente fraturado, “o Partido Comunista teria ainda intactas as posições adquiridas nos meses da aliança com os oficiais gonçalvistas” (Viola, 1975i).

Os prognósticos, em meados de setembro, giram em redor de três palavras: *autoridade*, *restauração* e *comunistas*. Autoridade: era necessário verificar se o novo rumo do governo, caracterizado pela eliminação do radicalismo da época de Gonçalves, pelo pluralismo democrático na gestão dos meios de informação, das administrações locais e das representações sindicais, bastava para repor a disciplina nos quartéis, acabar com a anarquia e devolver autoridade às instituições. Restauração: a volta moderada poderia criar condições para uma viragem da direita conservadora, favorecida pelo cenário de caos em que o país se encontrava e pelos elementos que, por tanto tempo dissimulados sob o guarda-chuva dos moderados e dos socialistas, pensavam agora poder sair a descoberto com a marginalização da esquerda militar. Comunistas: importava perceber se o PCP tencionava adaptar-se à condição de partido minoritário e às regras do jogo democrático ou se, por outro lado, não poderia estar com um pé no governo e outro na oposição por forma a potenciar os fermentos da agitação política.

Apesar do comportamento ambíguo do PCP relativamente às reais implicações do partido na rebelião dos paraquedistas de 25 de novembro de 1975 (Viola, 1975i), a intenção de Melo Antunes de não marginalizar os comunistas, resgatando-os para o grupo de forças políticas indispensáveis à construção do Estado democrático (Vergani, 1975), é vislumbrada pelo *Corriere della Sera* e *La Stampa* como um evidente sinal de que a revolução respeitava o pluralismo sem virar radicalmente à direita. Alberto Cavallari fala em duas recuperações simultâneas: “O exército procura escapar à autodecomposição; o PC deve escapar à própria decomposição, aceitando uma normalização que leva a disciplina aos quartéis, mas que corta também as suas metástases grupusculares” (Cavallari, 1975a).

Quanto ao percurso do PCP no contexto do pós-25 de novembro, os jornais analisados admitem que, mesmo que somente ligado à extrema-esquerda do ponto de vista tático e não orgânico, o partido de Cunhal saiu claramente amputado. Perdeu a sua ala esquerda funcional e as ligações com os setores mais avançados das Forças Armadas, precisamente a estratégia insurrecional que os outros partidos comunistas europeus condenavam (Cavallari, 1975b; Ronckey, 1975b). As escolhas do PCP confinavam-se ao seguinte binarismo: caso se posicionasse com a extrema-esquerda saneada, a direita militar

reforçada poderia prosseguir o inquérito sobre o golpe até à decisão de ilegalizar o partido; caso ajudasse a esquerda militar moderada na reconstrução do quadro político a governar, o inquérito, contrariamente, seria arquivado e Portugal reentrava na Europa. Na realidade, a revolta de 25 de novembro é percebida como um evento dinâmico, mantido em movimento para consentir a qualquer força política a última colocação. Possuía, portanto, o caráter volúvel de um instrumento vocacionado para reposicionar as forças políticas. O PCP era o objeto da sua dinâmica e enfrentava, tal como as Forças Armadas, um processo de recuperação: a estrutura militar e os comunistas procuravam escapar à própria decomposição, sendo que os segundos, ao aceitarem uma normalização que levasse a disciplina aos quartéis, viam desaparecer as metástases grupusculares. Se não repetisse erros pretéritos e aproveitasse a última ocasião de inserção, o comunismo português deveria, no futuro, adotar a lógica das Forças Armadas e proceder ao seu próprio saneamento. Isto é, imperou a opinião de que o PCP, além de constituir o grande derrotado da *questão portuguesa* devido à sua estratégia global, não tinha alternativa à longa estrada do revisionismo.

Mas, para esse trajeto se processar com êxito, o olhar do *Outro* entende que o verdadeiro problema passava pela crise da direção de Álvaro Cunhal. Como referem Alberto Ronchey (1975b) e Aldo Rizzo (1976c), passava pela inutilidade do seu sonho, modelado pelas revoltas agrícolas húngaras de Béla Kun e pelos problemas dos anos vinte, quando a esquerda europeia saiu derrotada devido à ilusão de poder plagiar o outubro russo. Nomes como Aboim Inglês e Octávio Pato – não raras vezes definido como o intérprete da linha francesa ou italiana – são ventilados como possíveis sucessores na liderança comunista, mesmo que a imprensa italiana considere que o PCP era notavelmente coeso e Cunhal um líder indiscutível.

Considerações finais

Os articulistas italianos revelaram um sentimento de adesão aos valores democráticos e recorreram a uma linguagem codificada, orientada para públicos qualificados, como os políticos, economistas e diplomatas. A cobertura jornalística da Revolução de Abril revela e enfatiza a componente construcionista intrinsecamente associada ao jornalismo. A informação noticiosa é sempre uma construção social que depende de fatores como os sentidos manifestados pela dinâmica dos eventos, os constrangimentos do sistema organizacional, os discursos e valores que orientam a produção de conteúdos, as rotinas

profissionais que influenciam o trabalho jornalístico, a natureza das fontes de informação e os critérios noticiosos dos jornalistas (Traquina, 2002).

Do volume de textos que constituem o objeto de estudo deriva uma noção coletiva reveladora, primeiro, da existência de um património cultural partilhado, o europeu, e, depois, de um modelo de interação que remete para um nós, italianos, em oposição a eles, portugueses. É esse modo de relacionamento com a realidade dinâmica portuguesa que também importa individualizar, na medida em que descreve, aconselha, critica, desaprova, aquiesce, possui uma história, uma tendência de pensamento e um vocabulário. Procurou-se identificar a unidade das ideias hegemónicas costurada pelas diversas instâncias enunciativas, que mais não representa do que uma ou mais parcelas da tal tendência de pensamento. É possível afirmar que esse edifício discursivo é dotado de uma cultura, de uma espécie de *autoridade democrática* que, emitindo juízos sobre o real presenciado e disseminando representações culturais e ideológicas pelas narrativas jornalísticas, regula não poucos espaços simbólicos da esfera pública, com natural influência, neste período, na forma como os indivíduos se observam e constroem os seus esquemas mentais.

Foi através dos conceitos de *formação estratégica* (Said, 1978/1995) e *construção ilocutória* (Austin, 1978) que se identificou esse tipo de autoridade democrática e polifónica. A dimensão ilocutória corresponde ao mecanismo metodológico introduzido para analisar a relação de afinidade entre, por um lado, as vozes que circulam nos textos e, por outro, os diferentes tipos de peças jornalísticas. Foi este procedimento que possibilitou sinalizar os atos de linguagem reveladores do envolvimento dos jornalistas no domínio da realidade representada – logo construída – e reportada.

O modo de relacionamento com o *Outro* (português, europeu, ocidental) é o elemento que representa e enforma esse discurso comungado, apoiado num vocabulário que elogia, esclarece, caricatura, desqualifica, atribui características, valoriza. Existe todo um património cultural e ideológico, circulante nos textos, vocacionado para estabelecer distâncias ou proximidades entre a identidade enunciativa e os cenários que observa e as personagens que interagem nesse contexto. Veja-se a forma como as referências culturais e as categorias de Aldo Rizzo se manifestam na seguinte passagem:

O famoso endereço do comunismo português, rua António Serpa 26, olho do ciclone da revolução, apresenta uma entrada humilde, salas frias e pobres, num bairro chamado ‘Campo Pequeno’. Falta, não digo a grandiosidade da Botteghe Oscure, que está num outro contexto,

mas o estilo burocrático de uma federação regional do PCI. Não sei que relações possam existir, para um partido, entre a sua sede e a sua linha política: mas a rua António Serpa é como se fosse uma. Portanto, pequeno partido, partido pobre, nenhuma concessão, nem mesmo a menos dispendiosa, ao conforto dos seus funcionários; depois, também, partido duro, numa emergência permanente (Rizzo, 1976).

Desde muito cedo que os articulistas italianos iniciam o processo de construção do inimigo: os militares marxistas preconizadores de uma democracia popular (liderados por Vasco Gonçalves) e aqueles mais radicais defensores de uma democracia direta (Otelo Saraiva de Carvalho como referência), além das forças políticas de inspiração comunista, com o PCP em primeiro plano. Trata-se de uma voz que avalia o PCP em função da linha reformista preconizada pelos comunistas italianos, que identifica o partido de Álvaro Cunhal e os oficiais marxistas liderados por Vasco Gonçalves enquanto principal obstáculo (o inimigo) à via democrática pluralista.

Segundo os jornalistas italianos, esse obstáculo transforma-se numa ameaça, sobretudo, a partir de março de 1975, animada pela corrente de Vasco Gonçalves e secundada, até agosto de 1975, pela estratégia política do PCP. Álvaro Cunhal é considerado aquela personagem que seguia escrupulosamente os clássicos leninistas sobre a tomada de poder, ou, por outras palavras, que usava os quartéis enquanto instrumentos de um neoleninismo de assalto ao poder. O *Verão Quente* marca o curto-circuito do enredo e corresponde ao clímax das narrativas jornalísticas. A história da transição para a democracia em Portugal inicia, depois, a escalada descendente. Os enviados especiais regressam a Itália, a revolução abandona as primeiras páginas e caminha em direção ao último episódio-símbolo. Segundo o *Corriere della Sera* e *La Stampa*, os acontecimentos de 25 de novembro de 1975 corrigem a rota desvirtuada pela tenacidade de um grupo de militares e de um Partido Comunista que não respeitavam a legitimidade democrática emanada das urnas.

Através da observação direta ou da descrição circunstancial, Portugal e os seus principais protagonistas ganharam, durante o período de transição para a democracia, uma grande massa de características atribuídas pelos discursos políticos e, principalmente, pela voz jornalística. Os comunistas foram conotados com métodos estalinistas, com uma conceção demasiado rígida e superada do leninismo, com o mais condenável oportunismo ideológico cuja linguagem recuperava fórmulas soviéticas da Guerra Fria.

Sempre que enveredaram por uma abordagem interpretativa, as instâncias de enunciação, através de reportagens ou dos géneros de opinião, procuraram amiúde confrontar a figura de Álvaro Cunhal com as contradições que a autoridade democrática julgava injustificáveis: “Cunhal apoiou a invasão de Praga” (Ronchey, 1975b). Intemperança, sectarismo cego e falta de sentido tático foram alguns dos atributos imputados ao líder do PCP. A maneira de fazer política, as conceções doutrinárias, a estratégia do partido, as relações internacionais, enfim, tudo em Álvaro Cunhal e no PCP foi ajuizado a partir das experiências dos outros três partidos comunistas ocidentais (italiano, espanhol, francês) e do novo fôlego que esses representavam através da fórmula do *eurocomunismo*.

Esta definição de posições está presente em vários textos jornalísticos. Notava um editorial do *Corriere della Sera*, no início do *Verão Quente*: “Para justificar a linha dura e sectária do PCP é usado, geralmente, o argumento de que Portugal saiu de uma longa ditadura. Mas com o mesmo argumento, em Itália, Togliatti justificava a escolha oposta pelo PCI [integração no contexto democrático]” (Ronchey, 1975c). Não foram poucos os textos que introduziram elementos negativos naquele mundo anómalo e caótico que, segundo a voz italiana, tomou conta de Portugal entre 1974 e 1975.

Desse universo estranho e – tantas vezes considerado – surrealista emergiram elementos e personagens que inspiraram otimismo e contrabalançaram as aventuras bolchevique, peruana ou cubana. O Partido Socialista e, concretamente, Mário Soares foram apresentados como a garantia europeia – este último enquanto político hábil, lúcido, decidido, mais sagaz e aguerrido do que o previsto, que ponderava as incógnitas do futuro e a fragilidade do sucesso, que exercitava um chamamento sobre um larguíssimo arco social, dos operários aos camponeses, da média burguesia às classes mais assustadas com a ameaça comunista e sensíveis às ligações com a Europa.

REFERÊNCIAS

Ajello, N. (1997). *Il lungo addio: Intellettuali e PCI dal 1958 al 1991*. Laterza.

Austin, J. (1978). *How to do things with words*. Oxford University.

Bourdieu, P. (1998). *On television*. The New Press.

Bugialli, P. (1974a, 22 de outubro). Cunhal, unico comunista al governo in un paese dell'alleanza atlantica. *Corriere della Sera*, 5.

- Bugialli, P. (1974b, 23 de outubro). La linea discreta del pc portoghese. *Corriere della Sera*, 20.
- Butler, S. R. (2011). *Into the storm: American covert involvement in the angolan civil war, 1974-1975* [dissertação de doutoramento não publicada]. The University of Arizona.
- Catastini, F. (2016). L'Unità e la rivoluzione portoghese. *Ricerche Storiche*, 1, anno XLVI (– janeiro-abril), 84-91.
- Cavallari, A. (1975a, 30 de novembro). Le 'storie parallele' dei militari e del pc. *La Stampa*, 19.
- Cavallari, A. (1975b, 2 de dezembro). Il pc portoghese dopo il 'golpe' fallito. *La Stampa*, A1, A2.
- Chabrowski, I. I. (2016). Reading the distant revolution – the polish united workers' party interprets the portuguese Carnation Revolution of 25 April 1974. *Ricerche Storiche*, 1, anno XLVI, 31-39.
- Del Pero, M. (2005). I limiti della distensione. Gli Stati Uniti e l'implosione del regime portoghese. *Contemporanea*, 8(4), 621-650. www.jstor.org/stable/24652204.
- Del Pero, M. (2006). *Henry Kissinger e l'ascesa dei neoconservatori: alle origini della politica estera americana*. Laterza.
- Del Pero, M. (2009). A european solution for a european crisis. The international implications of Portugal's revolution. *Journal of European Integration History*, 15(1), 15-40. <https://doi.org/10.5771/0947-9511-2009-1-15>.
- Fonseca, A. M. (2009). The Federal Republic of Germany and the Portuguese transition to Democracy (1974-1976). *Journal of European Integration History*, 15(1), 35-56. <https://doi.org/10.5771/0947-9511-2009-1-35>.
- Foucault, M. (1971). *L'ordre du discours: leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970*. Gallimard.
- Foucault, M. (1972). *L'archéologie du savoir*. Gallimard.
- Gaddis, J. L. (2007). *The cold war*. Penguin books.
- Garzarolli, P. (1975a, 26 de agosto). Lisbona: guerra di documenti – Il clima è di pericolosa tencione. *La Stampa*, 13.
- Garzarolli, P. (1975b, 7 de setembro). Lisbona: via Gonçalves – prevalgono i moderati. *La Stampa*, 1.
- Goffman, E. (1986). *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Northeastern University Press.
- Gomes, M. (2015). Dove va il Portogallo? *A Revolução de Abril na imprensa italiana (1974-1976)* [dissertação de doutoramento não publicada]. Universidade de Coimbra.
- Grandinetti, M. (1996). *I quotidiani in Italia (1943-1991)*. Franco Angeli.
- Guerreiro, E. (2017). Échos de la révolution portugaise dans les archives de l'AFP et du journal Le Monde. *Reflexos*, 3. <http://interfas.univ-tlse2.fr/reflexos/755>.

- Heurtebize, F. (2017). Eurocommunism and the contradictions of superpower détente. *Diplomatic History*, 41(4), 747-771. <https://doi.org/10.1093/dh/dhx036>.
- Kieling, C. G. (2018). Como se escreve ‘liberdade’? Narrativas sobre a revolução de 25 de Abril de 1974 na imprensa brasileira. *Comunicação e sociedade*, 34, 343-365. [https://doi.org/10.17231/comsoc.34\(2018\).2953](https://doi.org/10.17231/comsoc.34(2018).2953).
- Kindersley, R. (1981). *In search of eurocommunism*. Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-1-349-16581-0>.
- Licata, G. (1976). *Storia del Corriere della Sera*. Rizzoli.
- Livolsi, M. (2001). *Manuale di sociologia della comunicazione*. Laterza.
- Luís, R. (2015). *Spain and the Portuguese revolution of 1974-1975: The limits of a surveilled press* [dissertação de doutoramento não publicada]. Universidade Pompeu Fabra.
- Maxwell, K. (1983). *The press and the rebirth of Iberian democracy*. Greenwood Press.
- Maxwell, K. (1999). *A construção da democracia em Portugal*. Presença.
- Mesquita, M. (1994). Portugal na primeira página. In M. Mesquita & J. Rebelo (Orgs.), *O 25 de Abril nos media internacionais* (pp. 9-77 Porto). Afrontamento.
- Mesquita, M. & Rebelo, J. (Orgs.). (1994). *O 25 de Abril nos media internacionais*. Afrontamento.
- Tito, M. (1975, 15 de agosto). I dilemmi delle sinistre. *Corriere della Sera*, 1.
- Mónica, M. F. (1996). *Os costumes em Portugal*. Público.
- Murialdi, P. (2006). *Storia del giornalismo italiano*. Mulino.
- O'Donnell, G., Schmitter, P. C. & Whitehead, L. (1986). *Transitions from authoritarian rule: Southern Europe*, 4 vols. The Johns Hopkins University Press.
- Ostellino, P. (1975, 23 de fevereiro). Il Cremlino propugna l'alleanza fra esercito e popolo in Portogallo. *Corriere della Sera*, 20.
- Pridham, G. (1991). *Encouraging democracy: The international context of regime transition in southern europe*. Leicester University Press.
- Rizzo, A. (1975a, 18 de julho). Le sinistre alla prova. *La Stampa*, 1.
- Rizzo, A. (1975b, 29 de agosto). Che vuole Mosca? – Il ‘test’ di Lisbona. *La Stampa*, 1.
- Rizzo, A. (1976, 19 de fevereiro). Come un'isola stalinista. *La Stampa*, 3.
- Ronchey, A. (1975a, 26 de agosto). Gli ultimi casi di Lisbona. *Corriere della Sera*, 1.
- Ronchey, A. (1975b, 2 de dezembro). La nuova svolta del Portogallo. *Corriere della Sera*, 1.
- Ronchey, A. (1975c, 19 de julho). Il fardello portoghese. *Corriere della Sera*, 1.

- Rosas, F. (2012). Notas para um debate sobre a revolução e a democracia. In R. Varela (org.), *Revolução ou transição? História e memória da Revolução dos Cravos*, pp. 251- 283. Bertrand.
- Rosso, F. (1974a, 22 de outubro). La strategia del pc in Portogallo. *La Stampa*, 20.
- Rosso, F. (1974b, 6 de novembro). I miliziani di Lisbona. *La Stampa*, 3.
- Moreira de Sá, T. & Gomes, B. (2008). *Carlucci vs Kissinger – Os EUA e a revolução portuguesa*. Dom Quixote.
- Moreira de Sá, T. M. (2011). *Os Estados Unidos e a descolonização de Angola*. Dom Quixote.
- Said, E. W. (1978/1995). *Orientalism*. Penguin Books.
- Sánchez Collantes, S. (2014). El tratamiento informativo del comienzo de la Revolución de los Claveles en el diario español ABC. In R. Luís, L. Soutelo & C. L. Silva (Eds.), *A revolução de 1974-75: repercussão na imprensa internacional e memória(s)* (pp. 30-46). Instituto de História Contemporânea. <https://run.unl.pt/handle/10362/15082>.
- Strippoli, G. (2014). Lotta Continua e il processo rivoluzionario portoghese. *Estudos Italianos em Portugal*, 9, 9-118. https://doi.org/10.14195/0870-8584_9_3.
- Telo, A. J. (1999). A revolução e a posição de Portugal no mundo. In F. Rosas (Coord.), *Portugal e a transição para a democracia: 1974-1976/I Curso Livre de História Contemporânea*. Colibri/FMS – IHCFCSH.
- Traquina, N. (2002). *Jornalismo*. Quimera.
- Valli, B. (1975a, 29 de abril). Lisboa: i militari divisi sul dopo elezioni. *Corriere della Sera*, 20.
- Valli, B. (1975b, 10 de junho). Il marxismo di Cunhal è fermo a Stalin. *Corriere della Sera*, 3.
- Valli, B. (1975c, 22 de julho). Il passo falso di Cunhal. *Corriere della Sera*, 1.
- Valli, B. (1975d, 23 de julho). Si spacca a Lisbona il fronte dei militari. *Corriere della Sera*, A1, A22.
- Valli, B. (1975e, 21 de agosto). Ultimatum dei moderati al presidente: una settimana per liquidare Gonçalves. *Corriere della Sera*, 4.
- Valli, B. (1975f, 30 de agosto). Lisboa: Gonçalves sostituito. Azevedo nuovo primo ministro. *Corriere della Sera*, 1.
- Valli, B. (1975g, 7 de setembro). Gonçalves esce di scena – Rimane il vuoto politico. *Corriere della Sera*, 1.
- Valli, B. (1975h, 8 de setembro). A Lisboa i partiti ritornano nel gioco. *Corriere della Sera*, 4.
- Valli, B. (1975i, 15 de setembro). A Lisboa prevalgono Soares e i moderati. *Corriere della Sera*, 5.
- Varsori, A. (2009). Crisis and stabilization in Southern Europe during the 1970s: Western strategy, european instruments. *Journal of European Integration History*, 15(1), 5-14. <http://Doi.org/10.5771/0947-9511-2009-1-5>.

- Vergani, L. (1975, 5 de dezembro). Soares: il PC deve restare al governo. *Corriere della Sera*, 5.
- Viola, S. (1975a, 4 de maio). Portogallo: militari e pc alleati contro i socialisti. *La Stampa*, 1.
- Viola, S. (1975b, 13 de maio). Il profetismo dei capitani. *La Stampa*, 3.
- Viola, S. (1975c, 24 de maio). I militari vogliono mettere tutti i partiti alla porta? *La Stampa*, A1, A2.
- Viola, S. (1975d, 20 de julho). Ieri in Portogallo i socialisti hanno vinto la prova di forza. *La Stampa*, 1.
- Viola, S. (1975e, 7 de agosto). Un piano di Gonçalves per bloccare i tumulti. *La Stampa*, 12.
- Viola, S. (1975f, 12 de agosto). Assalita sede pc in Portogallo. L'esercito spara: molti i feriti. *La Stampa*, 1.
- Viola, S. (1975g, 17 de agosto). 'O Gonçalves se ne andrà oppure ci sarà lo scontro'. *La Stampa*, 1.
- Viola, S. (1975h, 21 de agosto). "Ultimatum dei militari al premier Gonçalves". *La Stampa*, 1.
- Viola, S. (1975i, 15 de setembro). Nel 'nuovo corso' in Portogallo s'impone la linea Soares-Antunes. *La Stampa*, 8.
- Viola, S. (1975j, 21 de setembro). La 'rivoluzione' tace. *La Stampa*, 3.
- Viola, S. (1975l, 2 de outubro). Lisbona, l'ora del riflusso. *Stampa Sera*, 3.
- Wall, I. (2006). L'amministrazione Carter e l'eurocomunismo". *Ricerche di Storia Politica*, 2, 181-196. DOI: 10.1412/22097.
- Weißmann, T. (2014). Percepções da Revolução dos Cravos na imprensa alemã: Os exemplos de diezeit (RFA) e neues deutschland (RDA). Do 25 de abril de 1974 até à demissão de Spínola. *Diacrítica*, 28(2), 61-77.
- Whitehead, L. (1991). International aspects of democratization. In G. O'Donnell, P. C. Schmitter & L. Whitehead (Eds.), *Transitions from authoritarian rule: comparative perspectives*, 4 vols. The Johns Hopkins University Press.
- Zelizer, B. (2004). *Taking journalism seriously*. Sage Publications.